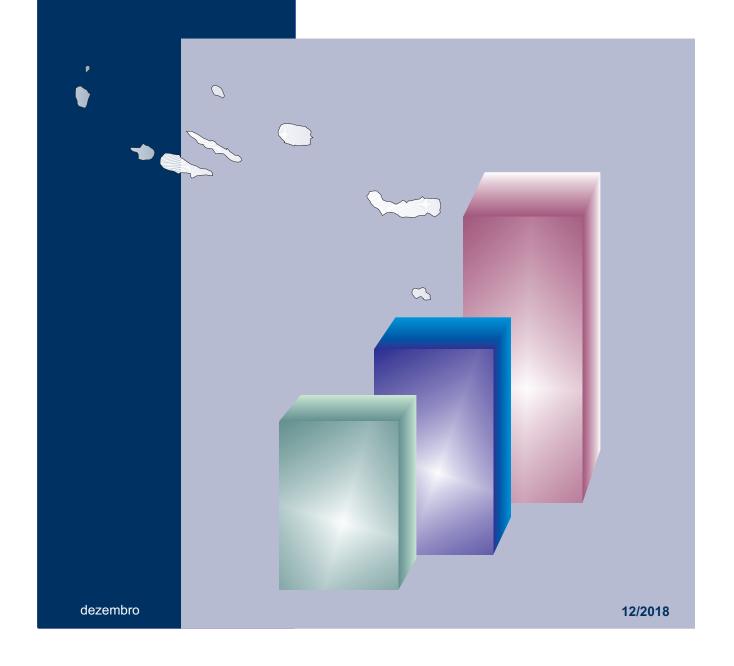


# Situação Socioeconómica 2017



# ÍNDICE

		Pág.
	Introdução	3
0.	Contas Regionais	5
1.	População	9
2.	Mercado de Trabalho	13
3	Preços no Consumidor	17
4.	Moeda e Crédito	19
5.	Finanças Públicas	23
6.	Agricultura	27
7.	Pescas	33
8.	Energia	37
9.	Comércio com o Estrangeiro	43
10.	Turismo	47
11.	Transportes	53
12.	Educação	57
13.	Desporto	61
14.	Cultura	63
15.	Saúde	67
16.	Segurança Social	71
17.	Sociedade da Informação	75

# **INTRODUÇÃO**

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no site: www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drpfe/

DRPFE, dezembro de 2018

#### **0. CONTAS REGIONAIS**

Os dados das Contas Regionais publicadas pelo INE em dezembro de 2018, são consistentes com os dos apuramentos para as Contas Nacionais anuais e atualizados em função das dinâmicas de crescimento regional, tendo por base métodos para decomposição territorial da taxa de crescimento do VAB.

Assim, os dados mais recentes revelam um valor preliminar de 4.128 milhões de euros para o PIB na Região Autónoma dos Açores em 2017, representando um crescimento nominal à taxa média anual de 4,2% e uma variação real de 2,4%.

O valor global do PIB permitiu uma riqueza média por habitante de 16,9 mil euros, que em relação ao ano anterior representa um crescimento nominal de 5,6%.

A evolução da produção e da riqueza média na Região Autónoma dos Açores tem vindo a assegurar posicionamentos significativos no contexto de outras regiões europeias em geral e das do próprio país em particular. Nos últimos anos o indicador do PIB per capita tem-se situado em relação à UE28 e ao país, respetivamente, na casa dos 68 a 69% e de 89 a 90%.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

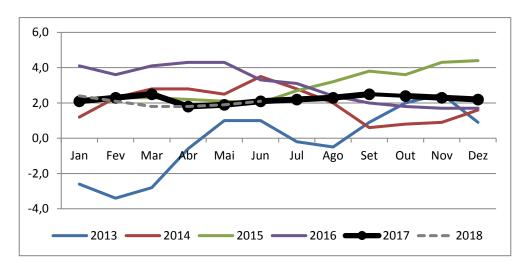
Unid.: Milhões de Euros

	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE28=100)
2012	3 610	14,6	91,1	68,4
2013	3 663	14,8	90,9	69,5
2014	3 706	15,0	90,2	69,0
2015	3 830	15,6	89,7	68,7
2016	3962	16,0	89,2	69,0
2017 Po	4128	16.9	89.2	68,4

Po = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011)

O Indicador da Atividade Económica – IAE calculado pelo SREA mostra uma distribuição intra-anual para 2017 de tipo linear e próxima do valor de crescimento médio anual do PIB, medido em termos reais e já referido anteriormente.



#### Indicador de Atividade Económica (IAE)

O Valor mais recente do VAB, de 3.577,3 milhões de euros em 2017, continua a integrar-se numa linha de crescimento que aponta no sentido da retoma económica.

Para esta evolução também continuou a destacar-se o contributo do ramo do Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade registada e por efeitos decorrentes do seu peso entre as diversas atividades económicas.

Assinale-se os crescimentos positivos nos sectores primário e secundário, particularmente o crescimento superior à média que se registou no ramo de Agricultura e Pescas.

O ramo do Imobiliário também prosseguiu o seu crescimento na linha de regularidade que já vinha revelando, sendo no último ano acompanhado pelo crescimento positivo no ramo da Construção.

#### VAB por Ramos de Atividades Económicas

Preços Correntes Unid.: 10 <sup>6</sup>								6 euros			
	Total	Agricultura e Pesca	Industrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2002	2 510,5	254,4	179,3	213,4	598,1	57,3	91,8	208,5	83,9	762,6	61,1
2003	2 607,8	256,2	190,7	203,0	630,6	60,2	104,1	226,0	91,9	784,0	61,1
2004	2708,4	264,6	200,6	216,2	661,2	59,5	100,5	237,1	96,8	812,4	59,6
2005	2 830,4	265,7	213,3	210,6	695,0	63,3	109,6	258,6	104,8	845,6	63,9
2006	2 962,2	260,8	229,4	215,8	732,0	68,3	133,5	271,2	108,4	871,9	71,1
2007	3 124,6	239,1	253,9	239,5	762,0	71,0	140,1	292,7	116,7	927,1	82,7
2008	3 279,4	264,1	257,9	252,0	785,2	74,3	160,0	324,0	123,2	942,8	95,9
2009	3 304,7	261,8	262,3	224,5	803,8	65,9	139,5	342,0	114,9	991,3	98,7
2010	3 374,5	273,1	280,8	204,3	830,3	61,4	125,7	372,6	120,7	1 004,52	101,1
2011	3 291,7	275,0	272,8	189,5	801,8	66,9	118,2	374,1	117,7	970,8	104,9
2012	3 159,1	297,9	271,1	154,5	779,1	60,2	109,6	393,0	108,9	880,4	104,0
2013	3 221,7	299,7	291,0	131,5	782,3	54,7	87,9	419,6	111,4	937,9	105,6
2014	3 240,8	317,8	277,1	123,0	763,1	54,2	97,2	429,5	114,2	955,1	109,6
2015	3 340,0	316,4	288,9	124,5	787,5	52,8	103,2	436,5	118,7	993,1	118,3
2016	3 445.9	306.1	288.9	124.4	841.4	55.0	97.4	450.1	132.1	1020.9	121.5
2017 Po	3 577.3	322.0	293.6	132.7	904.9	56.6	93.2	460.4	142.2	1 046.6	126.1

Po: Dados Provisórios.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os últimos dados disponíveis para a FBCF referem-se a um ano antes aos já disponíveis para a produção – VAB.

Consequentemente, os últimos dados disponíveis, para o ano de 2016, mostram um valor praticamente estabilizado numa ordem de grandeza de 540 milhões de euros.

Neste contexto, destaca-se o investimento no ramo de Administração e Serviços Públicos pela dimensão que ocupa e pela função que poderá desempenhar na gestão económica da conjuntura e do crescimento.

Já os casos nos ramos da Agricultura e Pescas e, também no de Imobiliário, destacam-se pelos sinais positivos em termos de intensidade de variação média anual.

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

	Total	Agricultura e Pesca	Industrias Água Sanea- mento	Constru- ção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunica- ção	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Adminis- tração Serviços Púb	Outros Serviços
2002	995,3	Χ	Χ	X	Х	Χ	Х	Х	Χ	Χ	Х
2003	1 123,1	Χ	Χ	Х	Х	X	Х	Х	Χ	Χ	Х
2004	979,2	Χ	Χ	X	Χ	Χ	Х	Χ	Χ	Χ	X
2005	1 242,3	Χ	Χ	Χ	Χ	Χ	Х	Χ	Χ	Χ	X
2006	850,5	17,9	116,3	34,6	253,1	24,7	33,3	139,9	29,4	193,1	8,2
2007	1 055,8	33,7	116,2	52,4	415,8	27,9	19,7	150,8	46,2	180,2	13,0
2008	1 027,5	20,2	119,4	28,4	373,1	52,3	31,0	128,6	23,2	230,6	20,9
2009	968,3	25,1	176,6	19,0	184,3	49,3	20,3	124,5	73,2	279,6	16,3
2010	868,6	39,9	145,6	16,1	200,9	50,3	11,1	98,4	74,1	220,8	11,5
2011	689,6	40,3	107,5	8,1	154,3	35,9	6,9	112,4	29,3	180,5	14,5
2012	634,3	36,2	109,9	17,1	141,9	29,7	4,3	82,5	13,1	193,4	6,3
2013	541,1	33,7	56,1	10,4	106,1	28,1	6,4	73,0	16,7	204,7	5,9
2014	494,2	40,3	70,0	12,1	86,4	30,6	0,8	80,8	26,7	128,0	18,3
2015	542,8	46,3	74,0	18,5	117,5	27,1	-1,5	77,8	43,3	121,6	18,1
2016	541.0	48.7	67.3	17.7	108.3	30.3	0.7	93.9	26.4	127.7	20.0

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os últimos dados sobre rendimentos das famílias registam um total de 2953,0 milhões de euros para o Rendimento Primário Bruto (basicamente remunerações dos empregados mais excedentes de exploração de empresas e sociedades) em 2016.

Já sobre o Rendimento Disponível Bruto (basicamente líquido de impostos e transferências) não estão publicados dados para aquele mesmo ano, mas o histórico mostra pequenas diferenças de variação, sendo que é frequente observarem-se mais variações de sinal positivo.

**Rendimentos** 

Unidade: Milhões de euros

	Rendimento Primário Bruto	Rendimento Disponível Bruto
2005	2 564,4	2 555,7
2006	2 717,2	2 731,7
2007	2 776,3	2 810,7
2008	2 950,6	2 991,9
2009	2 944,4	2 990,6
2010	2 961,3	3 023,3
2011	2 862,1	2 942,3
2012	2 724,7	2 774,5
2013	2774,5	2 776,9
2014	2 786,1	2 790,7
2015	2 855,0	2 905,0
2016	2953.0	-

Fontes: INE. Contas Regionais (base 2011).

## 1. POPULAÇÃO

A população residente na Região Autónoma dos Açores em 2017, e segundo a estimativa mais recente editada pelo INE, correspondeu a um total de na ordem de 244 mil pessoas.

Este número traduz um decréscimo de cerca 0,6% em relação ao ano anterior, decorrendo de variações em ambos os saldos demográficos (fisiológico e migratório).

Todavia, ficou a dever-se ao saldo de movimentos migratórios, tendo-se o saldo fisiológico situado a um nível menos expressivo e mesmo inferior ao do ano anterior.

# 1.000 500 0 -500 -1.000 -1.500 -2.000 Saldo fisiológico Saldo migratório SALDO DEMOGRÁFICO

#### Decomposição da Evolução da População

De facto, o saldo fisiológico calculado entre o número de 2219 nados vivos e o de 2244 óbitos, corresponde a uma diferença na ordem de dezenas, concretamente de menos 25 pessoas residentes.

Já para o saldo migratório estima-se um volume na casa do milhar, concretamente de 1421 pessoas residentes.

Sendo assim, estes dados mostram a importância dos movimentos migratórios na evolução do volume de população residente, enquanto os movimentos fisiológicos se revelam sem dimensão para condicionar a evolução geral e, por outro lado, a um nível relativamente mais estável.

Os valores para a mortalidade e para a natalidade nos Açores apresentam níveis que permitem saldos fisiológicos relativamente mais favoráveis, mas nos últimos anos têm-se registado por vezes saldos negativos.

Mortalidade e Natalidade

‰

	Açores	Portugal
Tx. bruta de mortalidade	9,2	10,7
Tx. bruta de natalidade	9,1	8,4

Fonte: INE, SREA.

Em 2017 a mortalidade infantil registou a taxa de 2,3 ‰, resultando das componentes neonatal e pós-neonatal de, respetivamente, 1,4 ‰ e 0,9 ‰.

Mortalidade Infantil

**‰** 

			700
	2015	2016	2017
Tx. de mortalidade infantil	4,4	1,8	2,3
Tx. neonatal	2,7	0,9	1,4
Tx pós-neonatal	1,7	0,9	0,9

Fonte: INE, SREA.

A distribuição da população segundo os grandes grupos da estrutura etária prosseguiu em 2017 na linha de tendência dos últimos anos.

De facto, prosseguiu a redução da representatividade da população jovem com menos de 15 anos face às populações dos outros dois grandes grupos, particularmente o de população com mais de 64 anos.

#### Estrutura Etária da População

%

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População com	10.7	10.0	17.0	17.5	17.0	1/0	1.4.4	1.4.0	1.4.0
menos 15 anos	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2	16,8	16,4	16,2	16,0
População dos 15-64 anos	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8	69,9	70,0	70,0	70,0
População com mais	12.3	12.5	129	13.0	13.0	13.2	13.5	13.8	14,0
População dos 15-64 anos									

Fonte: INE.

O total de 921 casamentos em 2017 é comparável ao registado no ano anterior, voltando a situar-se a um nível superior ao de alguns anos atrás, particularmente entre os anos de 2011 e 2014, quando se foram registando decréscimos anuais de forma sucessiva.

#### **Nupcialidade**

Unid.: N°

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Casamentos	1 207	1 214	1 023	944	855	803	903	922	921
Divórcios	787	743	768	728	685	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Separações	8	3	9	6	7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

nd : não disponível.

Fonte: SREA.

#### 2. MERCADO DE TRABALHO

#### **Emprego**

A população empregada atingiu um volume médio de 111 246 pessoas durante o ano de 2017, incorporando um acréscimo de cerca de 3 900 pessoas, que corresponde a uma taxa média de 3,6% em relação ao ano anterior.

Esta evolução concretizou-se sobretudo através do reingresso no mercado de trabalho de população desempregada depois da crise de 2008 e acentuada em 2011.

Aquela incorporação de mais 3 900 elementos no volume total de emprego repartiu-se grosso modo entre 2/3 de desempregados e 1/3 de inativos a entrarem pela primeira vez no mercado de trabalho, correspondendo a um padrão que se insere na lógica de recuperação do ciclo económico atual.

Em contextos anteriores o crescimento do emprego recebia contributos mais significativos de inativos e, até de movimentos migratórios.

Condição da População Perante o Trabalho

Nº Indivíduos

					N°	Individuos
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População total	249 463	246 352	247 535	247 358	244 785	244 638
População Ativa	120 640	119 838	121 583	122 315	120 797	122 210
Empregada	102 221	99 459	101 768	106 715	107 345	111 246
Desempregada	18 419	20 380	19 815	15 600	13 452	10 964
Tx. de Atividade (%)	48,9	48,6	49,1	49,4	49,3	50,0
Tx. de Atividade Feminina (%).	40,5	41,6	43,1	43,4	44,2	44,9
Tx. de Desemprego (%)	15,3	17,0	16,3	12,8	11,1	9,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A evolução do volume de emprego abrangeu a generalidade das atividades, tendo-se registado acréscimos absolutos nos diversos grupos, mesmo em atividades do setor primário associado frequentemente a variações de tendência moderada e decrescente, mas que em 2017

reforçou a sua posição relativa, atingindo uma representação 10,7% do total da população ativa empregada.

O emprego no setor secundário registou um crescimento ligeiramente maior que a média geral e por efeito de atividades de construção que vêm revelando variações positivas depois do mínimo registado em 2013.

O setor terciário no seu volume agregado registou uma variação inferior à média do total de volume de emprego. Todavia, pela dimensão e abrangência/diversidade de ramos de atividade que inclui, continuou a desempenhar um papel de estabilidade e moderação a par de outro de incentivador e de crescimento.

Efetivamente, se há ramos a reconhecerem-se mais pela regularidade e volume de emprego, alguns destacam-se mais pela variação e intensidade de crescimento.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	Indivíduos, nº					
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Sector Primário	12 137	10253	11910	11,4	9,6	10,7
Sector Secundário	16 522	16454	17 075	15,5	15,3	15,4
Sector Terciário	78 057	80 638	82 261	73,1	75,1	73,9
Total	106 716	107 345	111 246	100,0	100,0	100,0

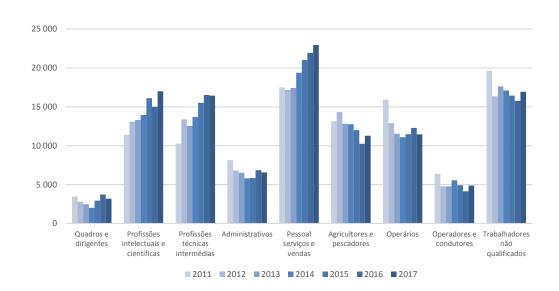
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

No acréscimo de emprego segundo as profissões evidenciam-se variações positivas, mesmo entre situações com tendências decrescentes como os casos de trabalhadores não qualificados, operadores e condutores e, também, agricultores e pescadores.

Como variação positiva já alinhada dentro de tendência crescente destaca-se o caso de pessoal de serviços e vendas como o mais evidente.

Já outras profissões revelaram maior estabilidade ou mesmo decréscimo de volume de emprego, como os casos de administrativos e profissões técnicas intermédias.

# População Ativa Empregada, por Profissão

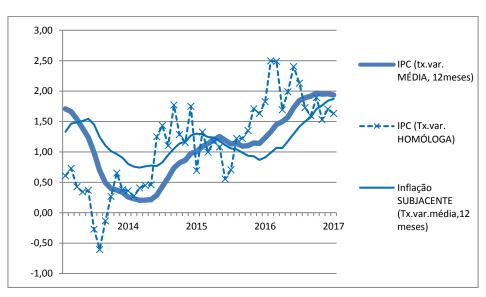


#### 3. PREÇOS NO CONSUMIDOR

A inflação medida pela taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor aumentou significativamente em 2017, atingindo o valor de 1,9%, depois de já ter tido um aumento de 1,2% no ano anterior, o que ao mesmo tempo se integra na linha de crescimento a partir de 2014.

Com esta evolução a inflação aproximou-se do nível de 2%, mas, entretanto, começou a revelar sinais de desaceleração com a distribuição intra-anual a registar taxas de variação homóloga no segundo semestre tendencialmente inferiores às do primeiro.

Os preços de energia e de produtos alimentares não-transformados também condicionaram a evolução geral, mas as suas variações já se encontram relativamente mais próximas daquelas de evolução geral, perdendo o impacto que atingiram em momentos de conjuntura de anos ainda recentes.



Evolução intra-anual do IPC, base 2012 (taxas de variação)

Observando a variação de preços segundo as diversas classes destaca-se a de vestuário e calçado e, também, a de transportes pelo crescimento superior ao da média, ao mesmo tempo que as respetivas contribuições se alinharam com o sentido de evolução das outras classes, deixando de situar-se nos níveis inferiores a zero de anos anteriores.

Já as variações em classes como a de lazer, recreação e cultura e, particularmente, a de hotéis, cafés e restaurantes indiciam efeitos decorrentes da intensificação de atividades turísticas.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa

Unidade: %

		ı				maaae: %
	Classes	Variação de preços		Pondera- dores	Contribuição	
		2016	2017	(peso)	2016	2017
1.	Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	1,7	1,1	27,6	0,5	0,3
2.	Bebidas Alcoólicas e Tabaco	4,4	8,6	5,2	0,2	0,4
3.	Vestuário e Calçado	-2,3	0,9	6,1	-0,1	0,1
4.	Habitação., Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis	1,2	0,8	8,4	0,1	0,1
5.	Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	2,0	1,3	5,9	0,1	0,1
6.	Saúde	0,4	0,6	8,6	0,0	0,0
7.	Transportes	-1,1	3,0	13,7	-0,1	0,4
8.	Comunicações	2,9	2,1	4,7	0,1	0,1
9.	Lazer, Recreação e Cultura	2,4	2,5	4,5	0,1	0,1
10.	Educação	1,3	0,9	0,9	0,0	0,0
11.	Hotéis, Cafés e Restaurantes	1,5	2,9	6,3	0,1	0,2
12.	Bens e Serviços Diversos	2,0	1,4	8,1	0,2	0,1
	Total	1,2	1,9	100,0	1,2	1,9

Fonte: SREA.

#### 4. MOEDA E CRÉDITO

O total de 3 766 milhões de euros de crédito concedido nos balcões dos bancos comerciais na Região Autónoma dos Açores em 2017 incorpora uma variação positiva que se traduziu numa taxa nominal de 2,5%.

Por sua vez, os 2 850 milhões de euros de depósitos captados no mesmo ano atingiram um crescimento médio à taxa nominal de 12,3%.

Consequentemente, o nível de poupança captada aproximou-se do nível de crédito concedido. De facto, os depósitos captados, que tinham representado 69,1% dos créditos concedidos em 2016, atingiram a proporção de 75,7% em 2017.

Esta evolução integra-se na linha de tendência de elevar a capacidade de financiamento interna da necessidade de investimento da economia, na sequência de políticas com vista a reequilíbrios de balanços financeiros e das próprias condições envolventes às atividades económicas.

Depósitos e Créditos Bancários

106 Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos <sup>1)</sup>	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2011	3 015	4 728	63,8
2012	2 945	4 527	65,1
2013	2 799	4 291	65,2
2014	3 133	4 245	73,8
2015	2 771	3 889	71,3
2016	2 538	3 675	69,1
2017	2 850	3 766	75,7
Relativa Nominal (Δ %)			
2010	+4,6	+3,7	
2011	-1,6	-1,9	
2012	-2,3	-4,1	
2013	-5,0	-5,2	
2014	+11,9	-1,1	
2015	-11,6	-8,4	
2016	-8,4	-5,5	
2017	+12,3	+2,5	

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, <u>www.bportugal.pt</u>.

#### **Depósitos**

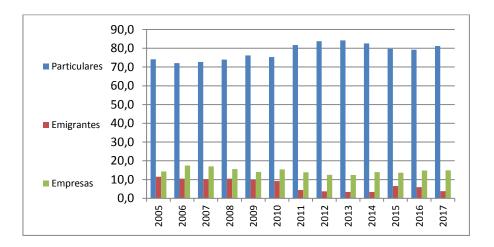
O elevado crescimento dos depósitos à taxa média anual de 12,3%, além de ter proporcionado a maior cobertura financeira ao volume de crédito concedido no âmbito das atividades na Região Autónoma dos Açores, permitiu atingir uma quota de 1,4% no mercado do país, enquanto no ano anterior representar 1,2%.

A principal fonte de poupanças captadas pelos bancos continua a ser a dos depósitos de residentes no país que, situando-se na casa de 2 000 milhões de euros, representa cerca de 80% do total e, compreensivelmente, condiciona de forma significativa a evolução geral.

Os depósitos de empresas (sociedades não financeiras) têm mantido uma representatividade de cerca de 15% do total.

Os depósitos de emigrantes representaram apenas 3,9% do total em 2017, e tendem a revelar níveis de variabilidade relativamente mais frequentes e intensos, seja por fatores decorrentes da sua dimensão, seja pela própria volatilidade de situações cambiais.





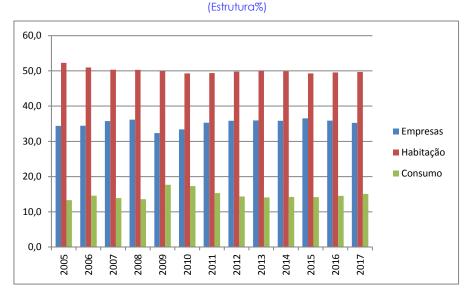
#### Créditos/Empréstimos

Do crescimento dos créditos concedidos à taxa média de 2,5% em 2017 destaca-se o seu sentido positivo que revelou uma mudança na sucessão de quebras a partir das restrições iniciadas em 2011. Ao mesmo tempo, aquele crescimento também permitiu uma progressão em termos de quota no conjunto do país, ultrapassando os níveis médios mais frequentes nos últimos anos e voltando a atingir 2,0% no peso do volume total do país.

Observando a distribuição dos créditos concedidos segundo os agentes económicos verifica-se que os empréstimos à habitação representam a componente mais significativa, correspondendo basicamente ao volume obtido pela soma das outras componentes, a das empresas mais a de consumo pelas famílias. Estas duas componentes, e particularmente a última, revelam maior sensibilidade a variações de conjuntura.

O crédito ao consumo aumentou de forma nítida, mas continua significativamente inferior aos níveis atingidos em momentos anteriores às políticas restritivas iniciadas em 2011.

# Créditos



#### Distribuição territorial

O desempenho da atividade bancária revelou indicadores que apontam no sentido de recuperação de operações comerciais, de reanimação de investimento e em geral de confiança ou expectativas de crescimento.

No contexto da economia portuguesa, atingiram-se níveis de realização interessantes, ao mesmo tempo que a rede bancária continua a revelar uma margem de capacidade operacional significativa.

Rede e Cobertura Bancária em 2017

	Unidades	Açores	País	Açores/País (%)
Depósitos	10 <sup>6</sup> Euros	2 850	210 324	1,4
Créditos	10 <sup>6</sup> Euros	3 766	187 796	2,0
Balcões (1)	N°	128	4 454	2,9

<sup>(1)</sup> Dados relativos a 2016.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, <u>www.bportugal.pt</u>.

## 5. FINANÇAS PÚBLICAS

#### Evolução Geral

Durante o ano de 2017, a redução de amortizações de passivos financeiros nas Despesas de Capital permitiu reduzir também as despesas em termos de volume global sem, por outro lado, afetar os níveis de execução de outras componentes de despesa.

Efetivamente, o volume global de Despesas de 1.137,3 milhões de euros em 2017 representa um decréscimo nominal de -3,6% em relação ao ano anterior mas, por outro lado, as despesas correntes e as do Plano cresceram 1,5% e 2,6%, respetivamente.

Com a redução do volume global de despesa decorreu de imediato uma necessidade de financiamento global também mais reduzida. Depois, porque entre as diversas fontes de financiamento se verificou uma certa estabilidade no peso estrutural das transferências e até um acréscimo no das receitas fiscais, então, a terceira grande fonte de financiamento, a do recurso a empréstimos a terceiras entidades, foi menor. De facto a rubrica de empréstimos representou 11,6% em 2017, enquanto no ano anterior representara 16,0%.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	<b>Montante</b> (Milhões de Euros)					Estrutura %				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
DESPESAS	1.127,8	990,3	1 047,1	1 180,7	1.137,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes	674,6	652,8	664,6	672,8	690,6	59,8	65,9	63,5	57,0	60,7
Despesas de Capital	80,6	19,8	19,7	139,6	72,9	7,1	2,0	1,9	11,8	6,4
Despesas do Plano	372,6	317,7	362,8	368,3	373,8	33,1	32,1	34,6	31,2	32,9
RECEITAS (Corr.+Capital)	1.127,8	990,3	1 047,1	1 180,7	1.137,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas fiscais *	562,3	625,6	638,0	631,5	657,2	49,8	63,2	60,9	53,5	57,7
Transferências	445,7	308,8	330,8	350,9	331,9	39,5	31,2	31,6	29,7	29,2
Empréstimos	111,4	49,0	69,0	188,5	132,0	9,9	4,9	6,6	16,0	11,6
Outras	8,4	6,9	9,3	9,8	16,5	0,8	0,7	0,9	0,8	1,5

<sup>\*</sup>Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social. Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

#### Despesas

Como foi destacado inicialmente a redução na rubrica de Passivos financeiros (amortizações), que passou de 138,9 milhões de euros em 2016 para 72,4 milhões de em 2017, permitiu margens de execução em níveis mais reforçados nas despesas do Plano e nas correntes, destacando-se nestas últimas, pelo volume e pela intensidade de variação, as classificadas em Despesas com Pessoal e em transferências.

Adicionando ao somatório das despesas Correntes, de Capital e do Plano o montante de operações extraorçamentais de 229,0 milhões de euros, contabiliza-se um total de 1 366,3 milhões de euros.

Despesas – Conta da RAA

Milhares de Euros Despesas 2015 2016 2017 690 625 Despesas Correntes ..... 664 570 672 836 Despesas com Pessoal ..... 311 786 304 750 318 425 Aquisição de bens e Serviços correntes..... 13 593 13 197 13 227 14 087 14 670 15 637 Encargos correntes da dívida (juros e outros) ....... Transferências correntes..... 321 120 321 735 331 018 Subsídios..... 11 448 12 318 Outras despesas correntes ..... 11 020 Despesas de Capital ..... 19 661 139 616 72 877 Aquisição de bens de capital..... 358 295 306 Ativos financeiros..... 0 Passivos financeiros (amortizações) ..... 19 143 138 943 72 393 Transferências de capital..... 0 0 0 160 378 178 Outras despesas de capital..... Despesas do Plano ..... 362 792 368 177 373 825 Sub-total..... 1 047 023 1 180 629 1 137 326 Contas de Ordem / Operações extraorçamentais..... 227 114 206 182 229 017 1 274 137 1366 343 Total..... 1 386 811

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

#### Receitas

O peso e a estabilidade das transferências no contexto do financiamento das contas da RAA tem decorrido de forma mais evidente na rubrica de receitas correntes, registando um valor nominal na ordem de 179 milhões de euros.

O acréscimo de receitas fiscais abrangeu as grandes categorias de impostos, diretos e indiretos, mas foi mais particularmente mais intensa em rubricas com incidência em produtos petrolíferas, tabaco e bebidas, registando taxas médias anuais superiores a 10%.

Os empréstimos cifraram-se em 132 milhões de euros em 2017, enquanto no ano anterior tinham atingido 188 milhões de euros.

Acrescentando a estas fontes de financiamento, com receitas correntes e de capital, os movimentos de contas com operações extraorçamentais obtém-se um total de receita de 1.366,7 milhões de euros.

Receitas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Receitas	2015	2016	2017
Receitas Correntes	823 478	818 481	848 154
Impostos diretos	224 902	191 425	206 957
Impostos indiretos	395 147	420 764	432 450
Contribuições Segurança Social	10 056	11 215	10 019
Taxas, multas, outras penalidades	7 912	8 078	7 797
Rendimentos de propriedade	4 280	4 347	9 192
Transferências	179 259	179 915	179 393
Outras receitas	1 922	2 737	2 346
Receitas de Capital	221 671	360 956	287 085
Venda de bens de investimento	507	1 096	1 584
Transferências	151 534	171 043	152 543
Ativos financeiros	206	127	852
Passivos financeiros	69 000	188 500	132 000
Outras receitas de capital	424	190	107
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos	2 017	1 152	2 324
Saldo da gerência anterior	15	164	122
Sub-total	1 047 181	1 180 753	1 137 686
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais .	226 849	206 083	229 037
Total da Receita	1 274 030	1 386 836	1 366 723

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

#### Saldos

O saldo corrente de 157,5 milhões de euros em 2017, resulta da diferença entre receitas de 848,1 milhões de euros e despesas de 690,6 milhões de euros.

O saldo de operações de capital de 157,2 milhões de euros, também inclui as operações classificadas como investimentos do plano.

Sendo assim, deduz-se um saldo global de 0,3 milhões de euros. Agregando a este saldo os juros e encargos do serviço da dívida de 15,6 milhões de euros obtém-se um saldo primário de 15,9 milhões de euros.

Saldos - Conta da RAA

Milhões de Euros

	2015	2016	2017
Saldo Corrente	158,908	145,646	157,5
Saldo de Capital	-158,750	-145,522	-157,2
Saldo Global	0,158	0,124	0,3
Saldo Primário	14,245	14,795	15,9

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

#### Dívida Pública Direta

No ano de 2017, a Dívida Pública Direta da Região Autónoma dos Açores correspondeu a 632,6 milhões de euros.

Já o serviço da dívida no montante de 88,0 milhões de euros decorreu de 72,4 milhões de euros de amortizações mais 15,6 milhões de euros de juros e outros encargos.

#### Dívida Pública Regional

Mil Euros

	2015	2016	2017
Dívida Pública Direta	558 444	573 001	632 608
Serviço da Dívida	33 230	153 613	88 030
Juros e outros encargos	14 087	14 670	15 637
Amortizações	19 143	138 943	72 393

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

#### 6. AGRICULTURA

Entre as culturas agrícolas temporárias destaca-se a de milho de forragem pelo papel que desempenha na alimentação para a pecuária, ocupando uma superfície cultivada extensa e que nos últimos anos atingiu o patamar superior a 10 milhões de hectares, gerando também produções significativas com volumes superiores a 300 milhares de toneladas. Já o milho para grão vem decrescendo de produção nos últimos anos em consequência de um correlativo decréscimo na respetiva superfície cultivada.

Entre as culturas agrícolas permanentes que apresentam em geral, e compreensivelmente, maior estabilidade nas suas atividades produtivas, a cultura do chá evidencia-se pelo facto de que, apesar de manter constante a superfície cultivada, em 37 hectares, vem registando volumes de produção anual crescentes.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

		Superfi	cie (ha)			Produç	<b>ão</b> (ton)	
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Batata comum	599	593	596	446	11 142	11 778	14 731	11 323
Batata-doce	60	62	65	53	1 178	1 125	1 227	980
Beterraba Sacarina	354	100	97	106	13 320	5 761	5 132	6 550
Milho Grão	238	242	211	183	446	424	417	366
Milho forrageiro	9 342	11 202	10 550	10 446	270 775	333 300	319 827	316 621
Tabaco	44	60	60	50	108	141	146	120
Chá	37	37	37	37	120	157	161	176
Ananás	58	58	59	56	1 107	1 052	998	948

Fonte: INE.

A produção de vinhos tintos com um volume de 3 884 hectolitros em 2017 continuou a revelar um peso significativo dentro da estrutura tradicional.

A produção de vinhos bancos com um volume de 1 142 hectolitros em 2017 abrange diversas castas reconhecidas e classificadas, tendo registado um acréscimo em relação ao ano anterior.

Produção de vinhos, R.A.A. - 2017

Unidade: hl

	Branco	Tinto*	Total
Licoroso com DOP	25	0	25
DOP - Denominação de Origem Protegida	789	0	789
IGP - Identificação Geográfica Protegida	173	693	866
Sem Indicação de Casta	155	3 191	3 346
Total	1 142	3 884	5 026

<sup>\*</sup> Pode incluir vinhos tipo rosado.

Fonte: INE.

O Volume de leite recebido nas fábricas de laticínios tem-se situado num patamar de 600 milhões de litros, com pequenas variações anuais. O crescimento em 2017 registou a taxa média anual de 1,3%, enquanto no ano anterior registara a de -1,1%

O leite recebido para tratamento e transformação foi escoado nas formas de leite para consumo e de outros produtos lácteos, como os diversos tipos de queijos, yogurtes, manteiga e leite em pó.

Entre os diversos tipos de produtos voltou a destacar-se a progressão do queijo que, crescendo à taxa média anual de 4,6%, atingiu o volume de 31,3 mil toneladas. Assim, voltou a verificar-se a progressão num produto que também é associável à valorização da matéria prima face a outras alternativas como a do leite em pó, cujo volume decresceu (-0,3%) no mesmo período.

Produção e Transformação de Leite

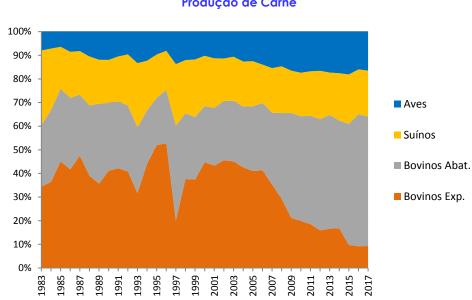
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	540 199	535 417	547 576	565 951	536 074	579 155	610 097	603 021	611 342
Leite p/consumo (1000 lt)	99 410	99 105	114 240	118 128	123 938	128 596	142 952	135 991	137 360
Produtos lácteos (ton.s)	53 991	53 827	53 816	56 218	51 735	56 408	58 935	58 466	59 373
Manteiga	8 636	8 070	8 764	9 869	8 835	10 023	11 509	11 854	11 400
Queijo	28 948	28 354	28 958	30 292	28 256	29 621	28 152	29 936	31 303
Leite em Pó	16 102	17 067	15 789	15 687	14 273	16 389	18 886	16 215	16 168
logurtes	305	336	306	371	371	375	387	461	504

Fonte: SREA.

O volume total de carnes produzidas anualmente nos Açores vem-se situando numa ordem de grandeza de 26 a 28 milhões de toneladas.

A carne de bovino abatido na rede regional tem progredido significativamente nos últimos anos, atingindo em 2017 um peso de 55% do volume total de carnes. Com esta progressão a carne de bovinos vivos exportados tem-se reduzido, representando apenas 9% do total naquele mesmo ano de 2017.

A carne de suíno tem-se mantido numa quota de cerca de 1/5 do total. A carne de aves, por sua vez, registou uma quota de apenas 16% em 2017, mas tem revelado um certo crescimento que, sendo moderado, se evidencia pela regularidade na sua progressão.



Produção de Carne

Segundo o último IEEA – Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas do INE no ano de 2016, a Superfície Agrícola Útil – SAU ocupara 123 793 hectares e estava distribuída por 11 580 explorações.

Sendo assim, a superfície média por exploração correspondia a 10,7 hectares, traduzindo um acréscimo em termos de dimensão e situando-se a um nível superior ao de outras terras de minifúndio, mas sem atingir os 14,1 hectares do conjunto do país que, também revelou um acréscimo médio.

O Valor de Produção Bruto de 472 606 mil euros implicava um rácio por exploração de 41,0 milhares de euros, ultrapassando de forma expressiva os 19,9 milhares de euros para o conjunto do país.

Comparando agora os elementos da dimensão física, superfície agrícola, aos elementos de dimensão económica, valor de produção, assinala-se o nível significativo de resultados e produtividade geral no contexto do país.

Dimensão das Explorações

Classes	Explorações	SAU	SAU média por exploração	VPPT	DE
	(n°)	(ha)	(ha/expl.)	(10 <sup>3</sup> euros)	(10³ euros/expl.)
Portugal	258 983	3 641 691	14,1	5 144 213	19,9
Continente	235 774	3 513 006	14,9	4 584 374	19,4
Norte	95 879	653 134	6,8	1 122 815	11,7
Centro	87 044	584 904	6,7	1 217 146	14,0
Lisboa	5 458	77 636	14,2	288 640	52,9
Alentejo	35 666	2 100 762	58,9	1 719 736	48,2
Algarve	11 728	95 570	8,1	236 037	20,1
Açores	11 580	123 793	10,7	474 606	41,0
Madeira	11 628	4 893	0,4	85 233	7,3

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Do total de 11 580 explorações agrícolas, 7 466 especializaram-se na bovinicultura fazendo o maneio de 263 milhares de cabeças de gado.

Desta forma obtém-se uma média de 35,2 cabeças de gado por exploração, enquanto o encabeçamento, medido pelo mesmo rácio a nível do país, corresponde a 36,1animais.

Indicadores das Explorações de Bovinicultura

Classes	Explorações	Cabeças	Encabeçamento
	(n°)	(10 <sup>3</sup> n°)	(n° cab./expl.)
Portugal	43 384	1 567	36,1
Norte	20 487	361	17,8
Centro	9 689	181	18,7
Lisboa	444	57	127,2
Alentejo	4 374	690	157,7
Algarve	257	8	29,8
Açores	7 466	263	35,2
Madeira	666	3	4,4

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

A população agrícola familiar agregava 28 milhares de pessoas, das quais 4,3 milhares a trabalhar a tempo completo, 14,5 milhares a tempo parcial e 9,3 milhares sem atividade.

A população agrícola continuou a diminuir, atingindo mais a que trabalha a tempo parcial ou então membros de família sem atividade.

Apesar da tendência de diminuição, a população agrícola representava nos Açores 11,5% da população residente, enquanto no país representava 6,1%.

As estruturas agrícolas nos Açores revelam uma componente familiar significativa, utilizando proporcionalmente menos assalariados que as estruturas de outras regiões.

População e mão-de-obra

	Estimativas da	F	Trabalhadores			
NUTS II	população residente (2016)	Total	Sem atividade	Tempo parcial	Tempo completo	permanentes assalariados
	(10 <sup>3</sup> n°)	(n°)	(n°)	(n°)	(n°)	(n° ind.)
Portugal	10 294	627 825	100 355	454 049	73 422	77 041
Continente	9 796	564 670	85 125	412 193	67 352	71 015
Norte	3 577	242 479	37 992	169 466	35 021	21 041
Centro	2 244	213 519	23 937	170 215	19 268	14 132
Lisboa	2818	11 753	2 946	6 555	2 252	3 685
Alentejo	715	71 583	16 903	46 186	8 493	28 062
Algarve	442	25 336	3 347	19 771	2 318	4 095
Açores	245	28 094	9 306	14 530	4 258	4 147
Madeira	254	35 061	5 924	27 325	1 812	1 879

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

As explorações agrícolas nos Açores revelam através dos seus indicadores laborais uma dimensão média de 1,1 Unidades de Trabalho Ano (UTA) a par de resultados de eficiência significativos, seja em relação à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), com 9,8 UTA/SAU, seja em relação a cabeças normais de bovinos, com 5,8 UTA/CN.

O nível de produtividade de 39,0 mil euros por UTA continua a evidenciar-se por representar o valor máximo no contexto das regiões em Portugal.

#### **Indicadores Laborais**

	UTA	UTA média por exploração	VPPT médio por UTA	UTA média por SAU	UTA média por CN
		(UTA/expl.)	(10³ euros/UTA)	(UTA/100 ha)	(UTA/100 CN)
Portugal	318 292	1,2	16,2	8,7	14,3
Norte	129 193	1,3	8,7	19,8	33,8
Centro	91 216	1,0	13,3	15,6	14,7
Lisboa	9 335	1,7	30,9	12,0	10,9
Alentejo	52 455	1,5	32,8	2,5	5,9
Algarve	13 117	1,1	18,0	13,7	69,5
Açores	12 183	1,1	39,0	9,8	5,8
Madeira	10 793	0,9	7,9	220,6	123,8

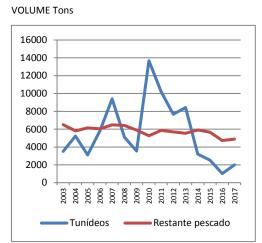
Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

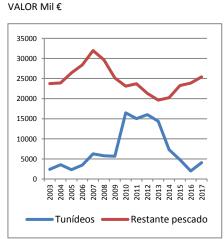
#### 7. PESCAS

O volume de pescado descarregado nos portos totalizou 6,9 mil toneladas durante o ano de 2017, o que representa um acréscimo significativo em relação ao ano anterior e ocorreu basicamente através da espécie de tunídeos.

Juntando-se ao acréscimo de volumes de espécies descarregadas a melhoria de preços na comercialização, neste caso basicamente pelo agregado do restante pescado constituído pelas variedades não pelágicas, obtém-se um valor reforçado, que atinge 29,5 milhões de euros naquele ano de 2017 e representa uma taxa média de crescimento anual de 13,9% em relação ao ano anterior.

#### Pescado Descarregado nos Portos de Pesca





A evolução favorável de preços no mercado de peixe, que vem sendo observada nas diversas espécies, evidencia-se particularmente nos anos mais recentes. De facto, a partir de 2014 observou-se uma certa inversão na trajetória dos preços registadas em lota.

O imperador situou-se a um preço elevado de 22,1 euros por quilo, que resulta da intensidade de evolução dos últimos anos, mas também beneficiou de um ponto de partida já elevado, situando-se então ao nível

de outras com valor de mercado reconhecido como a de goraz e a de cherne.

A abrótea e a boca negra situam-se a um nível de preço relativamente moderado que se fica a dever mais ao de certo modo nível baixo de partida, do que à intensidade de evolução de preço no mercado.

Principais Espécies Descarregadas, 2017

	Toneladas	Mil Euros	Euro/Kg
Abrótea	88	515	5,9
Boca Negra	333	1 955	5,9
Cherne	128	1 975	15,4
Chicharro	586	1 318	2,3
Goraz	352	5 379	15,3
Imperador	30	658	22,1
Lula	215	1 758	8,2
Mero	36	349	9,7
Pargo	131	1 510	11,5
Peixão	147	1 651	11,2

Fonte: SREA.

A evolução favorável do valor do pescado dos portos açorianos faz elevar o nível de representatividade atingido no contexto da economia portuguesa.

De facto, os dados mais recentes revelam que à quota de volume de pescado de 5,4% no contexto do país, corresponde uma quota de valor que atinge 10,8%.

Principais Categorias de Espécies Descarregadas, 2017

	Açores		Portugal		Açores/Portugal (%)	
	Tons	Mil euros	Tons	Mil euros	Tons	Euros
Peixes marinhos	6 048	26 572	99 834	191 800	6,1	13,9
Crustáceos	45	658	916	14 566	5,0	4,5
Moluscos	283	2 243	17 380	63 996	1,6	3,5
Água doce e outros	3	3	265	1 998	1,3	0,1
Total	6 379	29 476	118 395	272 360	5,4	10,8

Fonte: INE.

As embarcações da frota de pesca mostram-se dimensionadas para o tipo de fainas operacionais mais frequentes nos mares açoriano e equipadas com níveis de potência significativos.

De facto, as 588 embarcações têm uma arqueação bruta de 8 476 unidades, representando 11,4% no contexto do país, mas dispondo de uma potência de 44,4 mil KW, que atinge 15,6% do total do país.

Embarcações, 2017

	Açores	Portugal	Açores / Portugal (%)
Número	588	4 019	14,6
Arqueação bruta	8 476	74 546	11,4
Potência (Kw)	44 426	281 367	15,8

Fonte: INE.

Nas artes de pesca continua a evidenciar-se o predomínio na utilização do anzol que atinge 1388 licenças, enquanto na arte de arrasto a pressão de pesca é nula, não se tendo registado qualquer licença no último ano.

Licenças por Arte de Pesca, 2017

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Anzol	1 388	10 325	13,4
Armadilhas	153	2 747	5,6
Arrasto	0	761	0,0
Cerco	152	349	43,6
Redes	67	5 360	1,6
Outras artes	671	1 126	59,6
Total	2 431	20 668	11,8

Fonte: INE.

Já o número de pescadores inscritos junto das respetivas instituições marítimas, atinge um total de 3 477 indivíduos, correspondendo a cerca de 21,8% do conjunto do país.

Estes pescadores encontram-se maioritariamente afetos à pesca local nos mares açorianos, enquanto no país tem maior representatividade na pesca costeira.

Pescadores, 2017

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Local	1 935	6 412	30,2
Costeiro	1 510	9 132	16,5
Largo	32	435	7,4
Total	3 477	15 979	21,8

Fonte: INE.

Os indicadores sobre sinistralidade e incapacidade operacional continuam a situar-se a um nível moderado de gravidade, quando se consideram as proporções dos meios materiais e humanos envolvidos no contexto do país.

De facto, a restrição de dias por incapacidade operacional e o número de pescadores atingidos por ferimentos corresponderam respetivamente a 6,1% e 8,8 do conjunto do país.

Sinistralidade e Dias de Incapacidade, 2017

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Mortos	0	3	0,0
Feridos	52	852	6,1
Dias de incapacidade	2 372	26 821	8,8

Fonte: INE.

# 8. ENERGIA

### **Eletricidade**

A oferta de produção de 802,9 GWh, gerada pelo sistema electroprodutor no último ano, incorpora um crescimento moderado à taxa média de 0,3%.

Por sua vez, a procura agregada dos consumos pelas famílias, empresas e entidades públicas traduziu-se num volume total de 734,6 GWh, correspondendo a um crescimento médio anual também à taxa de 0,3%.

Tendo sido assim, com crescimentos idênticos nos volumes de produção e de consumo, as perdas entre a geração e utilização final de energia pelo sistema electroprodutor regional mantiveram-se a um nível idêntico, isto é, na casa de 68 GWh.

# Eletricidade – Balanço

GWh

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção	849,8	840,0	804,6	792,5	788,9	791,3	8,008	802,9
Hodoção	047,0	040,0	004,0	112,0	700,7	771,0	000,0	002,7
Perdas	71,2	69,2	73,3	72,8	70,5	69,6	68,7	68,3
Consumo	778,6	770,8	731,3	719,7	718,4	721,7	732,1	734,6

Fonte: FDA.

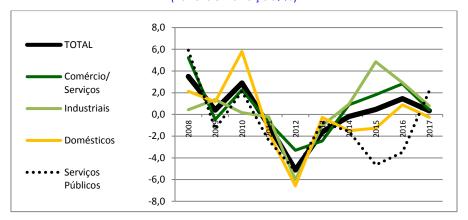
A procura de eletricidade por parte de serviços públicos registou uma taxa média de variação anual relativamente elevada quando comparada à procura agregada, isto é, atingiu 2,2% que compara aos 0,3% referidos anteriormente nos parágrafos iniciais.

Todavia, a intensidade relativamente elevada repercutiu-se de forma reduzida na evolução geral, já que o consumo por parte de serviços públicos representa apenas cerca de 10% do total.

Os consumos domésticos e os de comércio/serviços, pelo contrário, registaram crescimentos maios próximos da média, o que se observa de forma mais frequente e decorre da própria representatividade que ocupam na estrutura de consumo, representando cada um cerca de um terço do total.

### Consumo de Eletricidade

(Taxa de variação, %)

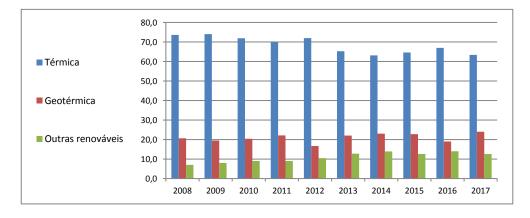


Do lado da oferta de produção pelo sistema electroprodutor destaca-se a evolução da geotermia, por ser a componente que registou crescimento mais intenso e, mesmo não dispondo do peso que a térmica ocupa, sustentou o crescimento geral.

De facto, foi possível alimentar as necessidades de crescimento da procura com aumento da oferta geotérmica de eletricidade e, simultaneamente, reduzir mesmo em termos absolutos a térmica.

Esta evolução recente integra-se na mudança de composição das fontes de produção de eletricidade nas centrais térmicas descendo de um patamar superior a 70% para outro mais próximo de 60%.

Produção de Eletricidade (Estrutura %)



A distribuição do volume de produção de eletricidade pelas ilhas revela que o crescimento ocorreu de forma relativamente semelhante entre elas.

As maiores diferenças encontram-se na composição por fontes de origem da eletricidade. O crescimento da fonte geotérmica, que vimos anteriormente ser o fator que sustentou o crescimento absoluto, decorreu da produção já estabelecida na ilha de São Miguel e da entrada da nova capacidade instalada na ilha Terceira.

No âmbito de energia hídrica continua a destacar-se a representatividade que atinge o caso da ilha das Flores.

A fonte de energia térmica manteve um certo relevo nas ilhas com fontes de energia renovável menos diversificadas.

A distribuição dos números de consumidores também revela crescimentos de forma relativamente semelhante nas diversas ilhas, mas os padrões de consumos médios parecem começar a revelar alterações, no sentido de menor desperdício de energia que se poderá observar por reduções nos níveis de consumos médios por instalação.

Distribuição por Ilhas - 2017

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção total (GHw)	21,7	433,8	194,4	14,3	29,2	46,5	49,3	12,0	1,6	802,9
Produção renovável (%)	11,6	51,1	25,7	0,0	13,2	11,9	9,6	49,7	0,0	36,3
Consumidores (nº de						,				
instalações)	3 823	63 292	27 369	3 266	5 835	9 740	8 108	2 459	284	124 176
Consumo médio (MWh /										
nº instalações)	5,9	5,1	6,4	6,4	4,0	4,6	4,3	5,4	4,4	5,1

Fonte: EDA.

# Balanço Energético

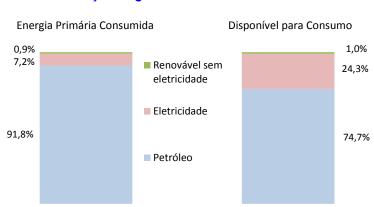
Os últimos dados anuais sobre o volume total de energia primária nos Açores, calculados pela Direção Geral de Energia e Geologia, correspondem a 326,6 mil teps.

Conforme se observa no gráfico abaixo sobre o Balanço energético, os combustíveis fósseis (petróleo e derivados) representam 91,8% do total de energia primária consumida. Este tipo de energia apesar de revelar alguns sinais de redução de peso estrutural a favor de outras fontes de energias limpas, continua a representar uma elevada quota de produção.

Fontes de energia renováveis sem eletricidade, como a solar, têm-se mantido ao nível residual próximo de 1%.

Fontes de energia renováveis, como geotermia, eólicas e hidroelétricas também fornecedoras de energia, mas já na forma de eletricidade, fornecem o valor complementar na ordem de 7%.

Considerando o sistema electroprodutor verifica-se que a eletricidade passa a representar cerce de um quarto (24,3% em 2016) da energia disponível para consumo, enquanto o petróleo passa a cerca de três quartos (74,7% no mesmo ano de 2016). Ainda no âmbito da energia disponível para consumo as fontes renováveis de energia sem eletricidade representam o mesmo valor residual próximo de 1%.



Balanço Energético - Oferta - 2016

Da energia disponível para consumo, os transportes são o único sector que regista um valor absoluto (100%) na utilização dos derivados do petróleo como fonte de abastecimento que, por sua vez, no quadro abaixo com os últimos dados regista 42,0% da quota da procura de energia na sua globalidade.

A quota de procura pelo sector doméstico ocupa a segunda posição no âmbito do consumo final de energia em termos de balanço energético, distribuindo-se basicamente entre duas fontes de abastecimento, a de petróleo e ade eletricidade.

O sector de serviços ocupa uma posição de quota de procura comparável à do sector doméstico, mas recorre principalmente a uma fonte de abastecimento, a de eletricidade.

Nos outros sectores de atividades de produção, observam-se diversos níveis de diversificação de fontes, mas a de petróleo é a predominante.

# **Balanço Energético – Procura - 2016** Consumo Final de Energia

Unidade: %

Quota de	Sectores	Distribuição por fontes					
Procura	sectores	Petróleo	Eletricidade	Outras	Total Geral		
42,0	Transportes	100,0	0,0	0,0	100,0		
16,2	Doméstico	43,2	50,4	6,5	100,0		
14,0	Serviços	19,1	80,9	0,0	100,0		
12,3	Indústrias	71,9	28,1	0,0	100,0		
3,0	Construção e O.P	82,9	17,1	0,0	100,0		
10,7	Agricultura	95,7	4,3	0,0	100,0		
1,8	Pescas	89,6	10,4	0,0	100,0		
100,0	Total	74,8	24,1	1,0	100,0		

Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia.

# 9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

O comércio internacional de mercadorias registou durante o ano de 2017 um valor global na ordem de 270 milhões de euros.

As receitas em exportações no valor de 90,9 milhões de euros corresponderam basicamente a metade das despesas com importações que atingiram 180,4 milhões de euros.

Comércio Internacional de Mercadorias

1 000 Euros

							1 000 E0103
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Importações	179 197	203 999	190 982	136 522	135 726	143 654	180 428
Exportações	117 116	109 670	124 443	95 368	104 120	84 116	90 944
Total	296 314	313 668	315 426	231 890	235 984	227 770	271 372
Taxa de							
Cobertura (%)	65,4	53,8	65,2	69,9	76,7	58,6	50,4

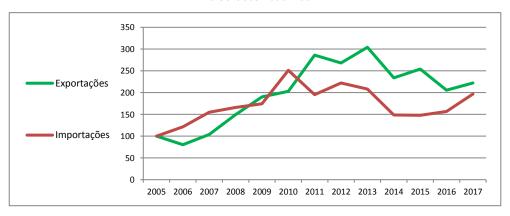
Fonte: INE, Base de dados: definitivos até 2015 e provisórios para 2016.

As exportações no último ano registaram um certo crescimento, mas este revelou-se insuficiente para cobrir o acréscimo das importações.

A intensidade de crescimento estará associada a volumes de investimentos classificadas na rubrica de material de transporte que pela sua dimensão atingiram de forma significativa a evolução do valor agregado das compras a fornecedores residentes no estrangeiro, fenómeno comparável a outro já registado em 2010.

Importações e Exportações a preços correntes

Índice base 2005=100



Decompondo as trocas pelas grandes categorias de produtos e bens transacionáveis continua a verificar-se que os produtos alimentares e bebidas representam a componente mais significativa em termos de volume de operações comerciais e de resultados económicos na forma de saldos positivos.

Fornecimentos industriais decorrem de despesas e projetos de investimento, revelando um padrão relativamente regular.

Os combustíveis também se evidenciam pela dimensão e função de abastecimento que desempenham, mas já revelam um padrão mais variável, provavelmente por incluir efeitos significativos decorrentes de flutuação de preços.

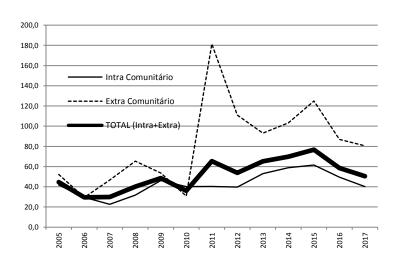
### 2005 40.000.000 2006 20.000.000 2007 2008 ■ 2009 0 1 Produtos alimentares e ■ 2010 ■ 2011 -20.000.000 Bens Bens ■ 2012 ■ 2013 -40.000.000 **2**014 ■ 2015 -60.000.000 **2016** 2017 -80.000.000

Comércio Internacional, saldos por grandes categorias

Decompondo as trocas com mercados estrangeiros segundo os grandes espaços, Intra e extra comunitário, verifica-se que o primeiro regista uma evolução mais próxima da evolução geral. Este fenómeno corresponderá a um compreensível efeito de condicionamento decorrendo do peso estrutural que ocupa.

Entretanto, nas trocas com países que não pertencem à União Europeia, onde se incluem certos países de língua oficial portuguesa e outros com núcleos de emigração expressiva, tem-se revelado maiores níveis de cobertura das importações pelas exportações, atingindo-se mesmo saldos positivos com taxas de cobertura superiores a 100%.

# Taxas de cobertura, por grandes espaços



# 10. TURISMO

A evolução do turismo, medida pelos dados empíricos recolhidos pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores junto dos estabelecimentos de hotelaria, vem prosseguindo uma trajetória de expansão.

Efetivamente, a taxa de ocupação média no último ano atingiu 46,1 %, superior à do ano anterior que, por sua vez, representara uma superação dos níveis máximos atingidos antes da crise de 2008, quando se situavam na casa de 30 %.

O nível de ocupação atingido é tanto mais significativo, quanto além do crescimento da procura medida em dormidas também se tem verificado investimentos na capacidade e composição da oferta de alojamento que, medida em número de camas nos estabelecimentos hoteleiros, atinge níveis de crescimento na ordem de 7% ao ano.

Assim, a evolução recente da atividade, turística tem revelado um processo de crescimento da procura em conjugação com o aumento da capacidade e composição na estrutura da oferta.

Oferta e Procura na Hotelaria

	Car	pacidade (1)				Taxa de	
Ano	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	Ocupação
2007	8 153	609	8 762	1 184 375	19 679	1 204 054	37,5
2008	8 339	721	9 060	1 127 513	18 541	1 146 054	34,6
2009	8 566	820	9 384	1 004 804	20 603	1 025 407	30,1
2010	8 305	844	9 149	1 035 031	24 831	1 059 862	31,7
2011	8 465	822	9 287	1 033 525	23 049	1 056 574	30,9
2012	8 368	845	9 213	957 740	28 883	983 623	29,0
2013	8 267	943	9 210	1 054 112	36 639	1 090 751	32,1
2014	8 435	910	9 345	1 063 887	39 756	1 103 643	32,0
2015	8 687	905	9 592	1 272 430	46 790	1 319 220	37,0
2016	9 306	912	10218	1 543 595	51 361	1 594 956	42,8
2017	9 909	1 034	10 943	1 787 468	53 734	1 841 202	46,1

<sup>(1)</sup> Média anual da oferta mensal de camas.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

O perfil da procura incorpora na sua evolução uma componente que se vem delineando desde a retoma do ciclo de crescimento da economia portuguesa a partir de 2013.

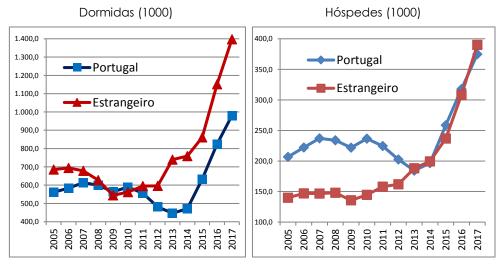
De facto, a partir desta fase da conjuntura portuguesa o crescimento da procura por parte de hóspedes residentes em Portugal agregou-se ao dos hóspedes residentes no estrangeiro que já se vinha delineando numa fase anterior, isto é, a partir de 2008/2009 na sequência da recuperação da crise económica internacional.

Nos últimos anos as intensidades de crescimento de residentes em Portugal e no estrangeiro vêm sendo comparáveis em termos absolutos.

Todavia, verifica-se uma diferença significativa no facto de a estada média por hóspede estrangeiro ser maior, implicando um volume de dormidas também proporcionalmente maior.

Efetivamente o número de hóspedes reparte-se de forma idêntica entre residentes em Portugal e no estrangeiro cerva de 50% para cada agregado, mas na repartição do número de dormidas a proporção já não é idêntica, correspondendo grosso modo a 40% e 60% respetivamente.

**Procura - Principais Mercados** segundo a residência / nacionalidade

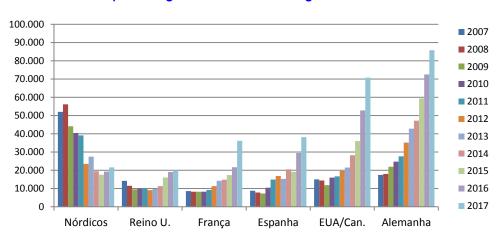


Decompondo a evolução da procura por parte de hóspedes residentes, no estrangeiro e segundo os respetivos países de origem, registam-se

crescimentos absolutos significativos, mesmo entre países com peso menor em termos de quota de mercado.

Incidindo a observação nos mercados mais significativos verifica-se que se em países como a Alemanha e EUA/Canadá se se registaram variações de crescimentos na sequencia das linhas de progressão observadas em anos recentes, no caso da França destaca-se um acréscimo nitidamente mais elevado do que a sua tendência relativamente mais moderada que a evolução dos anos imediatamente anteriores faria supor.

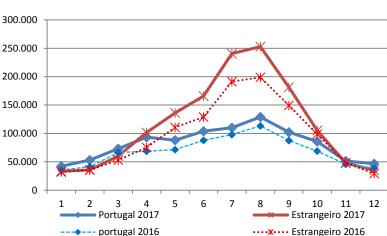
No mercado dos países Nórdicos o crescimento situa-se aparentemente num contexto de estabilização à volta de um patamar na ordem de 20 milhares de hóspedes/ano.



Hóspedes segundo mercados estrangeiros emissores

Observando a distribuição das dormidas ao longo do período anual verificase de forma imediata que a sua concentração nos meses de época alta atinge o seu máximo no mês de agosto, sendo particularmente evidente no caso de clientes do estrangeiro.

Analisando mais em pormenor a evolução da distribuição mensal durante o ano de 2017 em relação ao ano anterior, verifica-se que também no caso dos clientes do estrangeiro o crescimento foi proporcionalmente mais intenso, nos meses de época alta, ao passo que no caso dos clientes com residência em Portugal o crescimento ocorre de forma mais equilibrada ao longo do ano, não agravando a sazonalidade.



# Evolução da Sazonalidade

A exploração das unidades hoteleiras manteve-se na linha de recuperação que já vinha evidenciando anteriormente.

Efetivamente, durante o ano de 2017 as receitas e as despesas com pessoal registaram crescimentos significativos em relação ao ano anterior, quando em fase ascendente de ciclo já tinham superado os valores máximos atingidos antes da crise financeira internacional despoletada em 2008.

Os crescimentos de resultados na exploração hoteleira decorreram naturalmente da evolução da procura efetiva, mas também beneficiaram da evolução de preços favoráveis nas diárias por noite de entrada, atingindo por si próprios crescimentos na ordem de taxas médias anuais superiores a 6%.

Exploração das unidades hoteleiras

Unidade: 1 000 euros

Anos	Receitas totais	Receitas de aposentos	Despesas com pessoal
2007	56 115,1	39 320,7	18 957,3
2008	56 266,0	39 639,0	20 206,0
2009	50 578,2	36 621,5	20 349,1
2010	50 389,2	36 772,9	18 137,0
2011	48 242,9	35 104,9	19 028,8
2012	43 445,1	31 821,3	17 143,8
2013	46 450,0	34 321,7	16 684,7
2014*	46 215,6	34 294,1	17 258,7
2015*	55 997,4	41 844,8	19 994,8
2016*	72 563,7	53 507,8	23 742
2017*	89 946,7	65 747,7	28 110,0

<sup>\*</sup> Neste ano não são incluídos dados sobre casas de hóspedes Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Observando numa perspetiva de síntese e de estrutura os dados relativos aos estabelecimentos de hotelaria é possível encontrar elementos de caracterização e diferenciação entre as unidades de hotelaria tradicional e as de turismo em espaço rural.

Os dados sobre estabelecimentos de hotelaria tradicional revelam atratividade absoluta elevada associável à sua dimensão em termos de alojamento e de pessoal ao serviço, facilitando uma procura proporcionalmente superior, mais em número de hóspedes do que de dormidas.

Já no turismo em espaço rural evidencia-se uma relativa atração por residentes no estrangeiro que vêm mais na época alta, mas geram uma certa margem positiva em termos de proveitos por aposento.

Dados de síntese e estruturas

Distribuição de variáveis em 2017, por tipologia e em percentagem

Variáveis	Hotelaria Tradicional	Turismo em Espaço Rural	Total
Estabelecimentos	55,0	45,0	100
Capacidade de alojamento	92,9	7,1	100
Pessoal ao serviço	95,4	4,6	100
Hóspedes	97,5	2,5	100
Dormidas (total)	97,1	2,9	100
Dormidas (resid. estrangeiro)	96,1	3,1	100
Dormidas (época baixa *)	98,8	1,2	100
Proveitos totais	97,4	2,6	100
Proveitos de aposento	96,7	3,3	100
Despesas com pessoal	98,5	1,5	100

<sup>\*</sup> Para efeitos de cálculo consideraram-se o 1º e o 4º trimestres.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

# 11. TRANSPORTES

Os dados de tráfego nos transportes coletivos terrestres revelam um ligeiro acréscimo no último ano em relação ao ano anterior.

Este acréscimo decorreu da evolução no tráfego interurbano, mas entre paragens mais próximas, já que o mesmo tráfego medido em termos de distancia percorrida (unidade de passageiro/Km) pelo contrario, reduziu-se.

Atendendo que o tráfego nas carreiras urbanas também se reduziu, deduzse que o crescimento ocorreu em zonas já fora dos centros urbanos, mas relativamente próximas dos mesmos.

Tráfego de Passageiros nos Transportes Coletivos Terrestres

1000 Passageiros.

1000 i assageiros.							
Ca	rreiras	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	7 414	7 623	7 297	7 338	7 349	7 338	7 509
Interurbana	81 468	85 460	79 838	81 293	81 561	81 293	77 456
	1 355	1 478	1 429	1 379	1 325	1 379	1 263
Urbana	8 362	9 082	8 349	7 934	7 564	7 934	7 249

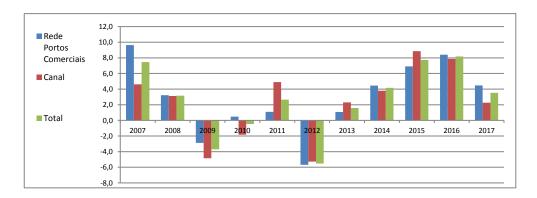
Fonte: SREA.

O crescimento do movimento de passageiros nos portos comerciais revelou uma desaceleração em 2017, tendo registado neste ano uma taxa média anual de 2,9% enquanto no ano anterior se situava à volta de 8%.

A moderação foi mais acentuada nos movimentos do canal, mas não registou efeitos em termos da sua representatividade, continuando os movimentos entre aqueles dois portos, o da Horta e o da Madalena, com um peso de cerca de 42% no total dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores.

# Movimento de Passageiros nos Portos Comerciais

Taxas médias de variações anuais



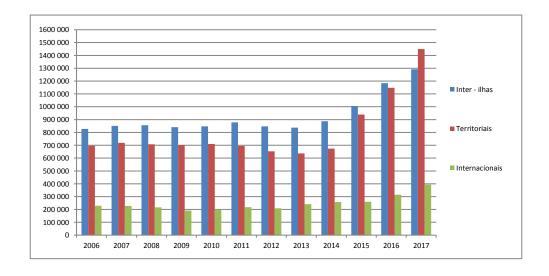
Já o crescimento de passageiros nos aeroportos continuou a revelar elevadas taxas de variações anual, registando-se em 2017 a média de 18,4%.

Neste ano de 2017, e á semelhança do ano anterior, os movimentos de passageiros com o exterior do arquipélago registaram crescimentos mais intensos do que os movimentos inter-lhas.

Além disso, assinala-se o caso de Tráfego Territorial que, com uma taxa média anual de 26,2% contribuiu para a elevada taxa global e atingiu um volume superior ao do segmento inter-ilhas, deixando este de ser o mais representativo.

## Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

Passageiros Embarcados + Desembarcados



O volume de cargas movimentadas nos portos comerciais atingiu um total de 2.370,8 mil toneladas durante o ano de 2017, representando uma taxa de crescimento anual de 1,9%, dentro da trajetória de crescimento observável nos anos mais recentes.

As cargas movimentadas nos aeroportos registaram um decréscimo em 2017, acentuando a sua reduzida escala em termos de volume de cargas movimentadas.

# **Cargas Movimentadas**

1 000 Ton.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aeroportos	8,6	7,9	8,3	2 131,2	8,9	8,7
Portos	2 317,6	2 168,8	2 084,0	2 129,9	2 327,4	2 370,8
Total	2 326,2	2 176,7	2 092,3	2 139,8	2 336,3	2 379,5

Fonte: SREA.

O número de automóveis vendidos durante o ano de 2017 traduziu-se num total de 4350 veículos novos.

O segmento mais expressivo dos automóveis ligeiros, que representa cerca de 85% de veículos vendidos no mercado açoriano, também registou a taxa média anual de crescimento mais elevado, de 7,4%. A esta taxa elevada não é estranha a procura por parte das empresas de "rent car". O segmento de comerciais cresceu no mesmo período 1,1%.

Automóveis Novos Vendidos, por Tipo e por Ano

Unid.: N°

	2010 2013 2014 2015 2016					
						2017
Total	1 967	2 113	2 410	3 095	4 093	4 350
Automóveis Ligeiros	1 614	1 768	2 003	2 558	3 387	3 636
Passageiros	1 608	1 758	2 001	2 554	3 384	3 632
Mistos	6	10	2	4	3	4
Automóveis Comercias	353	345	407	537	706	714

Fonte: SREA, Séries Estatísticas e Boletim Trimestral de Estatística.

# 12. EDUCAÇÃO

As matrículas no ensino regular e em outras modalidades agregaram um total de 46 516 alunos no ano letivo de 2106/17. Este número de alunos voltou a representar um decréscimo de maior volume no ensino regular mas também registou variações significativas nas outras modalidades.

O decréscimo no ensino regular começou a observar-se por efeitos de origem demográfica nos anos iniciais de entrada no sistema educativo, mas presentemente abrange as diversas fases do ensino regular e obrigatório. Mesmo no ensino secundário que foi abrangido pela obrigatoriedade mais recentemente também já revela decréscimos de alunos.

# Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

Ensino Oficial e Particular

Unid.: N°

		Ensino Regular						Outras modalidades de ensino				TOTAL	
Anos Letivos	Creche	Ιſ	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Outros	PEREE	
2014/15	1 468	7 539	11 811	6 053	8 276	5 456	272	1 217	1 472	3 547	768	760	48 639
2015/16	1 641	7 341	11 477	5 737	8 146	5 335	241	661	1 506	3 531	982	1 002	47 600
2016/17	1 571	7 166	11 089	5 402	7 829	5 228	201	484	1 461	3 456	1 121	1 508	46 516

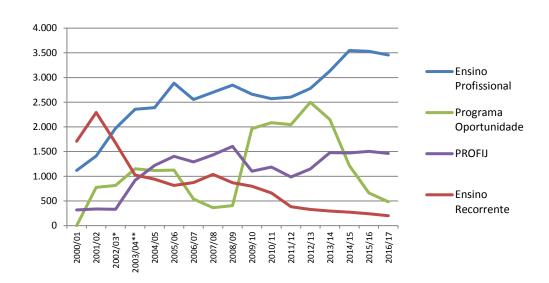
Fonte: Direção Regional da Educação.

As outras modalidades de ensino foram sendo estruturadas no sentido de procurar ajustamentos da formação escolar regular a formações mais próximas de necessidades de mercado em termos de empregabilidade.

Os dados mostram variações que são compreensíveis à luz de condições experimentais e de procura de alternativas, mas há sinais que apontam no sentido de um padrão mais estabilizado.

As modalidades de Ensino Profissional e do PROFIJ começam a revelar números de matrículas à volta de, respetivamente, 3 500 alunos e 1 500 alunos.

# Outras Modalidades de Ensino por ano letivo



Observando as taxas de escolarização segundo as idades dos alunos matriculados torna-se evidente um núcleo central formal pelos grupos etários associáveis ao primeiro, segundo e terceiro ciclos onde é atingido o limite dos 100%.

Fora do núcleo central nota-se progressão em faixas associáveis ao secundário já obrigatório com aproximações significativas aos 100%. A partir dos últimos escalões, nomeadamente dos 18 anos e 19 anos a taxa de escolarização do ensino oficial e particular do sistema de ensino na Região Autónoma dos Açores começa a perder significado com as transições para o ensino superior ou, então, para o mercado de trabalho.

Nos grupos etários associáveis a matrículas nas creches, nomeadamente aos 3 anos e 4 anos, nota-se uma progressão relativamente acentuada e, também, com margem para ainda crescer.

# Taxas de Escolarização por Idades e Anos Letivos

Ensino Oficial e Particular

	7	%	•
6	/	1	7

IDADES	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
3 anos	65,7	64,4	65,6	68,1	66,8	66,9	70,4	73,8
4 anos	88,5	88,7	89,2	91,0	90,2	92,5	88,3	89,6
5 anos	98,6	97,5	97,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
6 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
12 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
13 anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 anos	100,0	100,0	100,0	99,5	99,0	100,0	100,0	98,4
15 anos	100,0	100,0	97,8	95,5	99,9	99,5	98,3	99,1
16 anos	90,3	92,8	92,4	92,9	97,2	100,0	96,8	96,7
17 anos	78,0	78,5	79,6	81,3	93,5	95,4	95,1	89,8
18 anos	44,7	46,9	48,8	49,3	51,6	56,5	56,2	54,9
19 anos	26,0	24,9	26,7	27,7	28,4	28,5	29,9	29,2

Fonte: Direção Regional da Educação.

O aproveitamento escolar medido pelas taxas de transição ou de conclusão de ano de escolaridade por ciclo registou progressões em todos os ciclos.

Entretanto se alguns ciclos apresentam taxas que superam os 90%, as do 12º ano registaram 76,2%. Esta diferença de níveis de aproveitamento aponta no sentido de uma certa associação e de certos efeitos da extensão da obrigatoriedade do ensino ao 12º ser ainda recente.

# Aproveitamento Escolar, por Ano de Escolaridade (a) Taxas de Transição ou de Conclusão

Ensino Oficial e Particular – Currículo Regular

%

						/0
Ano de Escolaridade	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
4°	81,9	80,8	86,9	87,5	91,9	93,6
6°	83,6	80,1	80,6	86,7	90,2	96,6
9°	77,8	72,1	76,9	81,5	85,9	90,3
12°	57,7	60,6	60,4	69,2	67,3	76,2

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário. Fonte: Direção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

Os últimos dados disponíveis registam a oferta do sistema de ensino oficial com 40 unidades orgânicas, 176 edifícios escolares, 2 943 espaços escolares (salas, laboratórios, ginásios, etc.) e 4 852 professores.

A distribuição destes dados por ilha decorre de fatores relativos à dimensão da procura escolar (nº de alunos) e à localização territorial em função de acessibilidades.

As unidades orgânicas vêm assegurando a estrutura base de enquadramento dos meios e recursos escolares. Efetivamente, verificam-se ajustamentos em termos de equipamentos e, principalmente, de reforço/valorização através do pessoal docente.

# Distribuição por ilhas

Ensino Oficial – 2014/2015

Unid.: Nº

	SMA	SMG	TER	GRA	SIO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Unidades orgânicas	1	21	7	1	3	3	2	1	1	40
Edifícios Escolares	6	90	35	5	9	16	11	3	1	176
Espaços Escolares*	77	1 568	710	72	113	168	165	58	12	2.943
Pessoal docente	138	2 827	993	83	184	284	242	79	22	4.852

<sup>\*</sup> Dados ainda relativos ao ano anterior.

Fonte: Direção Regional de Educação.

# 13. DESPORTO

As inscrições nas associações desportivas corresponderam a 23 445 atletas em 2017, o que representa um acréscimo de 0,3% em relação ao ano anterior.

O enquadramento desportivo destes praticantes continua a beneficiar do acompanhamento de técnicos e de dirigentes, cujo número cresceu de forma proporcionalmente mais intensa.

Apesar do acréscimo de praticantes registou-se um decréscimo do número de equipas ou grupos de praticantes, verificando-se também uma redução do número de árbitros.

# Evolução desportiva

Unid.: Nº

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Atletas	23 261	23 802	23 619	23 112	23 001	23 337	23 445
Técnicos	1 124	1 116	1 065	979	1 031	1 060	1 069
Árbitros ou Juízes	1 049	1 028	1 043	918	1 038	1 223	920
Dirigentes ou Outros Agentes	1 731	1 816	1 778	1 800	1 860	1 813	1 844
Clubes ou Entidades(a)	404	462	396	394	396	392	399
Equipas ou Grupos Praticantes	1 184	1 226	1 243	1 221	1 144	1 251	1 233

a) Somatório obtido a partir das diversas modalidades implica dupla contagem, já que há algumas modalidades praticadas num mesmo clube.

Fonte: Direção Regional do Desporto.

Na distribuição segundo as modalidades desportivas a progressão do futsal destaca-se pela sua intensidade em relação às outras modalidades, nomeadamente em relação ao futebol de 11.

Todavia mais recentemente vem dando sinais de alguma desaceleração ou mesmo estabilização.

O ciclismo não é uma modalidade muito representativa em termos de número de praticantes, nem de intensidade de crescimento, mas evidencia-se pela regularidade de crescimento.

Mais recentemente tem-se observado um fenómeno comparável com o ténis, que tem mantido um crescimento regular nos últimos 5 anos.

# Indicadores – época de 2017

Unid.: N°

										OTII	u IN-
Modalidades	Atletas	Técnicos	Árbitros/ Juízes	Dirigentes / outros agentes	Clubes/ Enti- dades a)	Equipas/ Grupos Prati- cantes	Nº jogos/ provas locais	Nº Part. provas régionais	Nº Part. provas na- cionais	Dura- ção da Época	Conc.
Andebol	683	27	29	38	9	45	247	289	144	6	6
Atletismo	1.310	49	128	76	30	61	893	464	199	8	10
Automobilismo	265	0	143	0				b)	•		,
Badminton	421	10	10	5	8	23	193	0	19	7	6
Basquetebol	1.663	81	103	61	24	122	628	279	391	8	7
Canoagem	169	13	8	17	9	3	163	91	7	7	7
Ciclismo	534	27	19	97	20	15	443	117	133	10	5
Columbofilia	35	0	4	19	2	2	0	24	0	5	
Dança Desportiva	188	7	2	2	7	2	119	0	70	8	
Equitação	223	5	10	2	4	5	177	61	11	4	4
Esgrima	37	1	0	0	1	1	0	109	14	9	1
Futebol de 11	4.721	277	146	743	53	225	2.901	577	298	9	17
Futsal	2.494	140	114	354	51	164	1.889	508	210	9	15
Ginástica Aeróbica	191	6	6	0	2	15	60	170	75	6	2
Ginástica Rítmica	68	4	3	4	1	5	27	19	7	6	1
Golfe	461	4	1	16	2	40	139	316	89	11	2
Hóquei em Patins	248	16	23	35	4	24	107	125	87	6	3
Jetski	36	4	0	1	3	1	35	48	13	6	3
Judo	1.114	42	63	38	12	57	190	193	199	7	8
Karaté	857	48	87	19	21	17	378	210	116	9	14
Kickboxing/Full- Contact	276	14	14	12	7	9	27	104	37	5	5
Motociclismo	60	0	0	0	3	4	12	21	13	5	3
Natação	765	32	45	5	11	70	210	535	72	9	8
Parapente	35	0	0	0				b)			
Patinagem Artística	403	14	66	3	8	24	171	68	47	10	3
Patinagem Velocidade	303	6	38	3	5	0	193	71	46	9	5
Pesca Desportiva	29	0	0	1	2			b)			
Pesca Desportiva Alto Mar	16	0	0	4	1	1	2	0	24	2	1
Surf	96	3	6	9	8	1	15	197	20	9	
Ténis	700	17	3	29	10	46	70	300	89	6	7
Ténis de Mesa	877	43	45	67	16	56	796	122	344	7	
Tiro com Armas de Caça	76	0	0	0	5	5	72	39	3	10	5
Tiro com Arco	14	1	1	37	1	0	32	0	2	11	1
Tiro de Precisão	223	11	19	5,	4		160	119		10	4
Triatlo	2	0	0	0				b)			
Vela	493	22	7	7	11	26	91	202	50	5	5
Voleibol	3.078	123	67	86	30	159	2.189	756	284	7	
Xadrez	208	12	6	10	7	5	15	145	39	6	
TOTAL	23.377	1.060		1.813			12.632	6.258			

a) O total n\u00e4o corresponde ao somat\u00f3rio da coluna mas sim ao total de clubes existentes, j\u00e1 que muitos desenvolvem mais de uma modalidade.

Fonte: Direção Regional do Desporto.

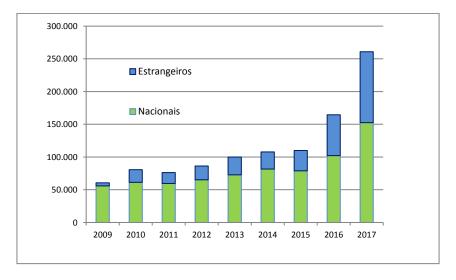
b) As Associações (ou clubes) das modalidades em causa não têm a obrigatoriedade de nos enviar o registo da atividade local regional ou nacional por não terem celebrado qualquer contrato-programa com a DRD.

# 14. CULTURA

A evolução recente da procura de visitantes à rede de museus da Região Autónoma dos Açores revela uma intensificação extraordinária que representa um salto de crescimento face à linha de tendência que vinha registando anteriormente.

De níveis de procura na ordem de 100 mil visitantes atingiu em apenas dois anos um volume de 250 mil visitantes. Para esta evolução contribuíram de forma significativa os visitantes residentes em Portugal, mas a revelação mais expressiva na fase inicial concretizou-se por parte de residentes em países estrangeiros.





A decomposição intra-anual da procura segundo as formas de entrada serem, ou não, pagas revela uma mudança significativa da fase atual em relação à fase anterior mais próxima de estruturas iniciais de instalação e arranque com procura por parte de visitantes com residência nas próprias áreas e povoações onde os museus ficaram sedeados.

Isto é, para além de efeitos em termos de volumes globais e de sazonalidades, as visitas com entradas pagas começaram a superar o

número das entradas gratuitas, coincidindo particularmente com meses de época alta turística.

# Entradas nos museus FASE ANTERIOR 16000 14000 12000 10000 8000 4000 2000 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

# Distribuição mensal de visitantes



Os últimos dados das bibliotecas públicas e dos arquivos sobre as solicitações de consultas por parte dos respetivos utilizadores mostram que há documentos solicitados mais do que uma vez.

De fato, no último ano, cerca de 93 milhares de documentos forma solicitados por mais de 100 milhares de utilizadores.

# Bibliotecas e arquivos públicos regionais - 2017

Utilizadores e documentos consultados

Unid.: N°

Organismo	Utilizadores	Documentos
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	38 103	36 210
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada	44 368	42 534
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça – Horta	24 189	14 732
Total	106 660	93 476

Fonte: DRC

Agremiações e grupos culturais com finalidade de execução musical (filarmónicas) e de dança têm mantido uma presença com implantação territorial interessante que se traduz na atividade de cerca de 100 filarmónicas e 65 grupos folclóricos.

A representação cénica através de grupos de teatro apresenta um nível de implantação mais restrito.

# Agremiações e grupos culturais

Unid.: N°

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Filarmónicas	0	36	24	4	14	13	8	1	1	101
Grupos de Folclore	2	25	19	1	2	9	6	1	0	65
Grupos de Teatro	0	7	3	1	1	2	2	1	0	17

Fonte: DRC.

# 15. SAÚDE

As consultas realizadas nos Centros de Saúde e nos Hospitais da Região Autónoma dos Açores traduziram-se durante o ano de 2017 num total de 806 mil atos clínicos, representando um crescimento em relação ao ano anterior à taxa média de 2.6%.

Já o total de 322 mil urgências realizado naquele mesmo período corresponde a um decréscimo de -6,3%.

Estes números registam um fenómeno diferente do que vinha sucedendo nos últimos anos com a tendência da procura a dirigir-se para serviços hospitalares e de urgência, funcionando como alternativa ao atendimento de serviços em centros de saúde.

### Consultas e Urgências

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Consultas	605 909	616 186	642 519	724 289	789 878	806 396
Centros de Saúde*	334 749	308 883	332 051	402 085	444 953	464 101
Hospitais	271 160	307 303	310468	322 204	344 925	342 295
Urgências	340 160	341 461	331 454	338 053	347 548	322 231
Centros de Saúde	187 811	163 783	152 808	146 285	150 459	135 160
Hospitais	152 349	177 678	178 646	191 768	197 089	187 071

<sup>\*</sup> Inclui consultas no Centro de Oncologia.

Fonte: Direção Regional de Saúde.

No que respeita a serviços de internamento de doentes para tratamento nos hospitais e centros de saúde registou-se uma procura de 29 milhares de entradas que implicaram 181 mil dias de permanência.

Estes dados traduzem-se numa demora média de 6,2 dias, relativamente inferior à do ano anterior e que aliviaria a intensidade de utilização dos respetivos serviços de saúde.

Todavia, e por outro lado, uma redução significativa na capacidade de oferta, medida pela lotação disponível, implicou um nível de utilização

relativamente maior, traduzindo-se numa taxa de ocupação de 59,7% enquanto no ano anterior fora de 57,2%.

Internamento

	2011	2013	2014	2015	2016	2017
Doentes	29 309	29 225	27 889	27 361	27 708	29 296
Dias	206 293	198 153	191 303	176 529	180 121	181 442
Lotação	987	975	964	848	863	832
Demora média (dias)	7,0	6,8	6,9	6,5	6,5	6,2
Taxa de ocupação (%)	57,3	55,7	54,4	57,0	57,2	59,7

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico, com utilização frequente nos hospitais, atingiram um total de 4,2 milhões durante o ano de 2017, crescendo à taxa média anual de cerca de 3%.

Já os meios complementares de terapêutica continuaram a registar volumes com variações e intensidades de execução mais moderados, sendo objeto de utilizações mais frequentes nos centros de saúde.

**Meios Complementares** 

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Diagnóstico	3 711 937	3 762 416	3 773 193	3 869 283	4 125 880	4 258 450
Terapêutica	897 054	791 096	904 648	1 336 586	1 210 832*	1 235 164
Total	4 642 822	4 582 633	4 677 841	5 205 869	5 336 712	5 493 614

<sup>\*</sup> Dados parciais. Não estão incluídas todas as unidades de saúde.

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os 5 058 profissionais ativos no sistema regional de saúde em 2017, representa um crescimento à taxa média de 1,4% em relação ao ano anterior.

Para esta evolução positiva contribuíram os grupos profissionais de enfermeiros e de técnicos de diagnóstico e terapêutica à taxa média anual de 3,2% e de 6,2%, respetivamente.

**Pessoal** 

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Médicos	531	565	580	574	599	588
Enfermeiros	1459	1449	1 459	1 448	1 545	1 595
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	306	308	315	325	323	343
Outro pessoal	2 367	2 347	2 354	2 417	2 522	2 532
Total	4 663	4 669	4 708	4 764	4 989	5 058

A rede de serviços regionais de saúde distribui-se entre as diversas ilhas com base nas respetivas unidades orgânicas que se estruturam e desenvolvem em função de opções de potencialidade e abrangência territoriais.

Serviços de medicina curativa e com maior intensidade operativa ocorrem de forma mais frequente nas ilhas com estabelecimentos de saúde mais diferenciados.

Serviços de atendimento mais próximo e de caráter mais preventivo encontram-se de forma mais acessível e dispersa territorialmente.

Distribuição por ilhas 2017

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Consultas	17 316	430 762	178 050	17 974	25 120	43 439	83 140	13 424	2 760	811 985
Urgências	8 144	162 157	75 192	5 854	18 296	25 215	21 571	5 766	36	322 231
Doentes	525	18 452	5 714	155	694	340	3 124	292	0	29 296
Lotação	18	394	211	17	32	43	100	17	0	832
Diagnósticos.	86 217	2 327 145	1 024 756	68 881	108 201	228 845	362 763	56 390	252	4 258 450
Médicos	5	335	157	4	10	14	60	2	1	588

Fonte: Direção Regional de Saúde.

# 16. SEGURANÇA SOCIAL

Durante o ano de 2017, as receitas de segurança social atingiram o valor de 245,5 milhões de euros, incorporando um acréscimo à taxa média de 8,5%.

No mesmo ano, e por sua vez, as despesas cresceram com maior intensidade, atingindo uma taxa média anual de 10,0%.

Sendo assim, reduziu-se o saldo geral que se cifrou em 3,0 milhões de euros, enquanto no ano anterior se situara em 5,8 milhões de euros.

O sentido e a intensidade de variações destes saldos gerais (Receitas-Despesas) decorreram de despesas no âmbito da Ação Social e, principalmente, de administração e outras. De facto, no âmbito dos regimes contributivos, verificou-se até um crescimento no respetivo saldo. O valor das contribuições superou o das prestações dos regimes em 104,1 milhões de euros em 2017, enquanto no ano anterior fora de 97,7 milhões de euros.

# Receitas e Despesas Correntes

1 000 Euros

	I	1 000 Euros		
	2014	2015	2016	2017
Receitas	228 707	235 920	226 273	245 454
Contribuições	211 306	219 244	212 042	231 086
Rendimentos	1 428	1 086	980	830
Outras	15 973	15 590	13 251	13 588
Despesas	218 031	213 739	220 462	242 437
Prestações dos regimes*	118 218	110 105	114 282	126 975
Ação Social	64 013	64 353	64 717	66 509
Administração e outras	35 800	39 281	41 463	48 953
Saldo (Receitas – Despesas) .	10 676	22 181	5 811	3 017
Saldo (Contrib. –Prestaç.)	93 089	109 139	97 759	104 111

<sup>\*</sup> Conforme nova Lei de Bases.

Fonte: CGFSS.

Na estrutura das despesas das Prestações de Regimes continuaram a destacar-se as rubricas de Repartição – Regime Geral e a de Proteção Familiar, representando em 2017, respetivamente, 45,1% e 25,1%.

As rubricas de Rendimento Social de Inserção e de Subsídio Social de Desemprego desempenham funções e aplicações de recursos significativos na estrutura da despesa, mas durante o ano de 2017 ocuparam um papel relativamente mais moderado. Neste sentido assinale-se que o valor de 8,7 milhões de euros para o Subsídio Social de Desemprego traduz mesmo um decréscimo nominal em relação aos 9,0 milhões do ano anterior.

Despesas – Prestações dos Regimes

1 000 Euros

			1 000 Euros	
	2014	2015	2016	2017
Rendimento Social de Inserção	16 694	17 168	20 649	22 368
Subsídio Social de Desemprego/provisório/majoração	9 650	9 121	9 007	8 693
COMPAMID *	762	845	563	917
Regime Não Contributivo	1 691	1 567	1 825	2 097
Regime Transitório dos Rurais	0	0	0	0
Regime Especial de Seg. Social das Ati. Agrícolas	884	767	685	610
Subsidio Social na Maternidade	1 158	1 159	1 141	985
Proteção Familiar	26 929	27 145	28 694	31 861
Prestações Sociais	2 169	2 117	2 068	2 095
Repartição - Regime Geral (Desemprego)	58 064	50 029	49 536	57 306
Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional	216	188	115	42
TOTAL	118 218	110 105	114 282	126 975

<sup>\*</sup> Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (DLR nº4/2008/A, de 26 de fevereiro). Fonte: CGFSS.

A Segurança Social registou em 2017 um número de pensionistas que atingiu o total de 50 268 pessoas inscritas incorporando um crescimento à taxa média anual de 0,9%.

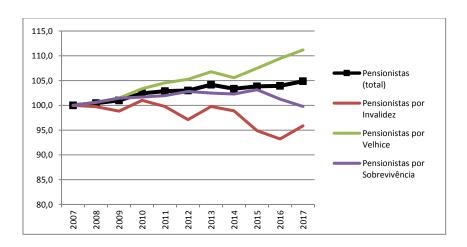
Para este volume total contribuiu principalmente a componente de pensionistas por velhice, que tem vindo a revelar-se a opção mais frequente nos últimos anos e, assim atingindo em 2017 uma quota de 53,9% dos inscritos como pensionistas. O número de pensionistas por invalidez também

aumentou em 2017, mas tem revelado uma tendência decrescente, representando os últimos dados uma quota de 16,8%.

O número de pensionistas por sobrevivência voltou a registar um decréscimo em 2017, mas tem revelado uma tendência relativamente neutra em termos de condicionar ou influenciar a evolução geral.

Pensionistas da Segurança Social

(Índice base 2007)



A estrutura das Despesas no âmbito da Ação Social em 2017 manteve-se idêntica à do ano anterior, tendo-se registado crescimentos em cada uma das diversas rubricas com intensidade idêntica à da evolução geral.

De facto a taxa média de crescimento anual de 2,8% que o total de 66,5 milhões de euros em 2017 representa em relação ao total de 64,7 milhões de euros do ano anterior, também foi aplicada a cada uma das rubricas que formam o agregado, a saber: Infância e Juventude, Família e Comunidade, Invalidez e Reabilitação e, a última, Terceira e Idade.

Despesas – Ação Social

1 000 Euros

	1 000 E010				
	2014	2015	2016	2017	
Infância e Juventude	30 314	29 996	30 158	30 993	
Família e Comunidade	15 045	14 526	14 766	15 175	
Invalidez e Reabilitação	5 514	6 034	6 074	6 242	
Terceira Idade	13 141	13 797	13 719	14 099	
Total	64 014	64 353	64 717	66 509	

Fonte: CGFSS.

# 17. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

No âmbito da Sociedade da Informação e do conhecimento, o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias recolhe dados que basicamente se podem classificar em duas categorias. Uma sobre grau de cobertura e acessibilidade constituída pelos indicadores de posse de computador, ligação à internet e banda larga. A outra categoria sobre o grau de utilização dos equipamentos constituída por dois indicadores, sendo o primeiro relativo a computadores e o segundo relativo à internet.

De uma forma geral continuam a verificar-se progressões das diversas tecnologias, mas começam a verificar-se sinais de desaceleração. Além disso os indicadores de internet têm vindo a progredir mais do que os de computadores. De facto, os indicadores de internet começam a superar os de computador, seja na categoria de cobertura/acessibilidade, seja na de utilização.

Evolução de Tecnologias de Informação e de Comunicação nos Agregados Domésticos - RAA

Unidade: %

Office						ladac. 70			
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Posse de computador	56,0	61,2	64,8	67,3	67,5	71,5	75,5	79,9	75,8
Ligação à Internet	46,7	54,0	59,6	64,1	66,3	70,0	75,9	79,9	84,2
Banda Larga	45,5	51,1	59,2	63,5	66,1	69,0	74,8	79,5	83,9
Utilização de computador	42,7	48,7	52,4	60,6	64,4	68,0	72,1	71,4	67,1
Utilização de Internet	36,8	44,6	50,3	58,5	63,1	67,0	71,0	71,4	75,8

Fonte: INE. / SREA.

Este tipo de evolução observável nos Açores fará parte de fenómeno idêntico a nível do país.

De facto, os últimos dados para as regiões (NUTs II) do país mostram indicadores da internet superiores aos de computador, seja em termos de posse e ligação, seja de utilização.

Distribuição por Regiões, em 2017, de TICs nos Agregados Domésticos

Unidade: %

Office					
	Posse de computador	Ligação à Internet	Banda Larga	Utilização de computador	Utilização de Internet
Portugal	71,5	76,9	76,4	66,8	73,8
Norte	68,3	74,4	73,6	60,4	69,1
Centro	69,1	72,4	72,1	64,2	69,9
Lisboa	79,2	85,5	85,0	78,3	83,9
Alentejo	61,9	66,7	65,8	63,4	70,2
Algarve	69,0	73,2	72,8	67,1	72,2
R. A. Açores	75,8	84,2	83,9	67,1	75,4
R. A. Madeira	74,3	81,3	80,9	65,0	75,9

Fonte: INE.

Se a utilização da internet em geral já atinge níveis significativos, nos casos mais particulares de comércio eletrónico e de preenchimento/envio de formulários oficiais para organismos da administração pública situa-se a um nível inferior.

# Distribuição por Regiões, em 2017, de TICs pelas Pessoas entre 16 e 74 anos

Unidade: %

	Internet	Comércio eletrónico	Administração Pública
Portugal	74	25	32
Norte	69	19	24
Centro	70	24	30
Lisboa	84	34	46
Alentejo	70	26	28
Algarve	72	23	25
R. A. Açores	75	28	27
R. A. Madeira	76	27	29

Fonte: INE.